

Uma discussão surrealista

A utilização do carvão mineral no Brasil atravessa um momento muito grave, uma verdadeira encruzilhada. Por um lado, estamos impedidos de crescer, pois o Ministério de Minas e Energia impossibilita, por meio do edital do leilão de energia nova, que novos projetos de usinas térmicas a carvão mineral possam participar dos leilões de energia nova (A-5) e, por outro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) acena com medidas que podem inviabilizar as usinas existentes, ao cobrar mais eficiência de usinas antigas, algo inviável se não fizermos novas usinas.

Chegou o momento de o Governo Federal dizer à sociedade se deseja ter a mais importante fonte energética fóssil do Brasil incluída em sua matriz energética ou não.

Se desejar, é necessário que permita a participação do carvão no leilão A-5 deste ano e, ainda, não permita a desativação de nenhuma usina antiga, sem que se faça outra em seu lugar.

Desta forma estaremos não só preservando o maior patrimônio brasileiro, que é o emprego dos trabalhadores das usinas e minas de carvão, mas, também, alavancando novas oportunidades para os habitantes das regiões mais deprimidas do sul do Brasil.

Uma indústria centenária e que serviu ao Brasil nos momentos de crises mundiais, que tem cerca de 50 mil pessoas em sua cadeia produtiva e que movimenta a economia de dezenas de municípios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não pode ser discriminada.

Mas, qual a razão desta discriminação?

O carvão está discriminado por conta da atual Política de Mudanças Climáticas que foi conduzida e aprovada no Legislativo de forma açodada, no calor da Convenção do Clima COP-15 em Copenhague. Política essa que criou amarras ao desenvolvimento do Brasil.

Quando se discute o modelo do setor elétrico brasileiro, observa-se que entre os principais objetivos estão a modicidade tarifária e a segurança energética. Busca-se a compatibilidade ambiental, mas estão esquecidos os aspectos de geração de emprego, renda e redução da miséria.

A nova política de mudanças climáticas está baseada na Lei 12.187/2009 e no Decreto 7390/2010. O Decreto determina que deverão ser estabelecidos planos de mitigação de gases de efeito estufa para uma redução global de 36,1% a 38,6% das emissões projetadas de gases de efeito estufa em 2020.

Para o setor de energia foi estabelecido no Decreto que o Plano Decenal de Energia (PDE), elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pelo MME, seria o plano setorial de mitigação. Portanto o PDE, que era um plano

indicativo passou a ser um plano determinativo. Ou seja, o meio ambiente está pautando o planejamento energético brasileiro, inicialmente com as hidroelétricas (menores reservatórios devido à perda de biodiversidade e desmatamento) e agora as térmicas (devido as gases de efeito estufa).

Os números de redução das emissões foram calculados pela EPE para gerar o "compromisso voluntário da COP-15" apresentado em Copenhague em dezembro de 2009. Todos os setores devem realizar sua mitigação dos gases de efeito estufa, mas, nas reduções de emissões do "compromisso voluntário", o setor de geração de energia elétrica, apesar de ser somente 1,5 % das emissões do Brasil, deve contribuir com 20% da redução.

Porque um setor tão importante para a economia nacional deve ter uma redução tão grande? Para cumprir a redução todos os setores devem atender as metas propostas nos planos setoriais, mas isso é flexível, o que interessa é a redução global que está na Lei.

Portanto, conforme o Decreto 7390/2010, outro segmento poderá reduzir mais as emissões para compensar o outro, que não pode atingir as metas. O controle de desmatamento, maior vilão das emissões, sozinho poderia reduzir as 1,2 bilhões de tCO₂eq, necessárias para cumprir a Lei, mas ao não ser efetivo, não poderia penalizar os outros segmentos.

Também, no setor de energia existem segmentos que não terão suas metas de redução atingidas como previstas no calculo feito pela EPE. O aumento do uso de gasolina, por exemplo, (mais carros e menos etanol) retirou a folga de emissões que estava prevista no compromisso brasileiro e com isso penaliza as térmicas, especialmente o carvão, pois o carvão emite, na usina, mais CO₂ que o gás natural.

O último PDE não previa mais térmicas até 2020. Uma previsão que não se confirmou. Já no leilão A-3 de agosto deste ano, incorporou cerca de mil MW de térmicas a gás natural, devido à necessidade de atender a demanda de energia de 2014.

Agora, o MME e a EPE, fazem uma política de priorizar as fontes menos emissoras de CO₂ e com isso o carvão fica fora. O setor de energia é parte da redução das emissões, mas não pode pagar a conta, muito menos discriminar uma fonte fóssil que será necessária para a segurança energética do Brasil e, especialmente para a Região Sul.

Uma fonte competitiva, que já sofre com a discriminação do BNDES ao cobrar taxas mais elevadas (o dobro de uma eólica) para financiamento de usinas a carvão e, não tem nenhuma redução de impostos como as ocorre com as eólicas.

Porque propusemos uma redução tão ousada de 36,1 a 38,6% de nossas emissões projetadas para 2020? Não seria muito, em vista da necessidade do país crescer e reduzir a miséria? Como vamos dizer para os trabalhadores das

regiões mineiras, que são as mais deprimidas do sul do Brasil, que eles não terão emprego, saúde e educação porque, ao deixarmos de fazer 2.400 MW de projetos, licenciados ambientalmente, e competitivos, estamos contribuindo para a redução de CO2 no mundo, já que existem 216.000 MW (dois Brasil em capacidade instalada) de carvão sendo atualmente construídos no planeta?

Cabe salientar que o Brasil, na área de energia, tem os menores indicadores de emissões de gases de efeito estufa do mundo, tendo uma matriz de energia renovável – cerca de 46% e que, em 2030, terá o mesmo percentual, mesmo construindo 6 mil MW de carvão.

O planejamento energético, ao esquecer o impacto de emprego e renda em detrimento das mudanças climáticas, penaliza o carvão mineral nacional. A cadeia produtiva de uma usina térmica gera, no mínimo, 20 vezes mais empregos que um parque eólico de mesma capacidade.

Por outro lado, ao buscar atender o Rio Grande do Sul, para garantir sua segurança energética em 2016 a EPE projeta linhas de transmissão. Essas não geram emprego e tornam cada vez mais o Rio Grande do Sul, dependente e vulnerável de energia do sudeste, exportando impostos e sem gerar empregos e renda por conta da geração de energia a base de carvão.

Um dos principais problemas do carvão é o estigma.

O carvão desde a Inglaterra de Charles Dickens é visto como um combustível que causa problemas ambientais, mas que a tecnologia tem solucionado, vide a chuva ácida. O estigma do momento é o CO2 e isso vale também para o carvão brasileiro.

Mas, apesar do estigma e da forte oposição, térmicas a carvão ainda são muito usadas no mundo. Os dados da Agência Internacional de Energia - IEA (2010) confirmam o cenário desenhado na última década. O combustível que foi o motor da revolução industrial e que permaneceu com um quarto de participação na matriz de energia primária do mundo ao longo do século XX, é o combustível do século XXI com 30% da matriz primária mundial.

O carvão representa 41% da geração de energia do mundo. Segundo o IEA, o consumo global do carvão cresceu 10,8% em 2010. O consumo adicional de 510 milhões de tce é maior que o consumo anual da Índia. Observa-se que cerca de 80% do consumo incremental vem de países pobres, mas mesmo nos ricos, como na Comunidade Européia, o consumo de carvão cresceu 4,8%.

O consumo de carvão vapor cresceu 11% e o metalúrgico (usado para fabricação de aço) cresceu 15,5%, sendo 14,5% nos países ricos. A produção total de carvão no mundo está estimada em 7,2 bilhões de toneladas, sendo 6% maior que 2009 e 61% maior que 1999, o que reforça a liderança de crescimento no século XXI.

O atual cenário deverá permanecer, ampliando a demanda por carvão, inclusive após o efeito Fukushima. Por outro lado, verifica-se que mesmo com 165 % de aumento das energias renováveis de 1990 a 2008 a sua participação na matriz mundial tem caído visto ao crescimento dos fósseis, principalmente o carvão.

No Brasil, a resistência existe por conta de desconhecimento da importância do carvão, do estigma gerado pelo termo carvão, que para o público em geral é associado a carvão de desmatamento e de seu pequeno uso na matriz de energia primária. O Brasil é um país hidráulico e essa cultura forte, também deixa as térmicas em segundo plano.

O carvão brasileiro é competitivo, existem empreendedores para realizar os projetos de usinas térmicas a carvão com investimentos da ordem de 7 bilhões de reais, e outros no aguardo do sinal governamental de que as mudanças climáticas não são um impeditivo para o desenvolvimento de novos projetos.

Mas, qual deve ser o papel das térmicas a carvão na matriz energética brasileira?

As térmicas têm, inicialmente, um importante papel complementar e depois quando o potencial hidráulico se esgotar, as térmicas terão um papel fundamental para a segurança energética do Brasil. Precisamos criar uma política de curto, médio e longo prazo, estruturando a cadeia produtiva para uma demanda maior das térmicas.

O mundo pós Fukushima, levará a um consumo maior de fósseis, especialmente o gás natural que terá, fatalmente, um acréscimo de preço a nível internacional e por consequência no Brasil.

Portanto, basear a expansão de nossa matriz de geração de energia elétrica em gás natural será aumentar o custo da energia no Brasil. Quanto às emissões de CO₂ a indústria do carvão deve investir na captura e armazenamento de carbono - CCS.

A mesma tecnologia de CCS deve ser usada para o gás natural que também é emissor de CO₂. As tecnologias de captura e armazenamento ou uso do carbono estão sendo desenvolvidas no mundo.

Neste momento, o custo é muito alto, mas certamente em 10 a 15 anos teremos tecnologias competitivas. Nesse meio tempo podemos, igualmente, ir, aos poucos, reduzindo a intensidade de CO₂/MWh de nossas novas usinas térmicas, via combustão com biomassa ou via uso de usinas mais eficientes.

Projetos neste sentido já estão sendo desenvolvidos no Brasil, exemplo o Projeto da MPX em Candiota. Estamos investindo em P&D+I, via construção de centros de tecnologia de baixo carbono (ex.: CTCL/Criciúma) e estamos formando massa crítica em carvão.

Em breve teremos projetos piloto de captura de CO2 no Brasil. Estamos implementando um roadmap tecnológico de baixo carbono com a participação de MMA, MME, MDIC e coordenados pelo MCTI com apoio do IEA e do Departamento de Energia dos Estados Unidos, visando planejar esse desenvolvimento tecnológico deixando a cadeia produtiva do carvão apta para enfrentar esse desafio.

Mas, para continuar essa caminhada tecnológica é necessário manter o parque atual e viabilizar novos projetos que ajudarão a gerar mais recursos para P&D+I.

Toda a matriz de energia tem que ser diversificada. O carvão é a maior reserva de combustível fóssil do Brasil, mesmo após o pré-sal, e deverá contribuir com essa diversificação.

Em quinze anos teremos poucos recursos hidráulicos e com menos reservatórios precisaremos de backup térmico e o carvão pode ajudar a dar mais segurança energética ao Brasil.

Agora, se essa política de discriminação do carvão não for revista, estaremos fadados a ver a fonte carvão ser extinta no país, deixando embaixo da terra um patrimônio, que pela Constituição, é de todos nós brasileiros.

Por Fernando Luiz Zancan é presidente da ABCM.